



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irandi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 73.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Cantó, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Péricles de Mello, Reny Borsatto e Sérgio Spada (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o n° 1186/95, do Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Operação Desarmamento". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 396/95, do Sr. Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado da

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Cargos comissionados e funções gratificadas na UNIOESTE." Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 2015/95, do Sr. Ramiro Wahraftig, Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Concurso público de Agosto de 1993, para contratação de professores de Educação Artística." Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 1171/95, do Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Viabilização de prédio para abrigar o 1º Distrito, Delegacia da Mulher, Delegacia de Trânsito e Delegacia do Menor, no município de Maringá." Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 396/95, do Sr. Norton José Siqueira Silva, Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Doações efetuadas pela BANESTADO Clube S/C, nos anos de 1993 e 1994." Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 349/95, do Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Listagem dos precatórios requisitórios." Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 0983/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Irineu Mário Colombo, que pede esclarecimentos sobre "Implantação do Programa Estadual de Saneamento Rural, particularmente no Município de Medianeira". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 609/95, do Senhor Edson Luiz Vidal Pinto - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Medida Provisória 932/95, de 01/03/95, concernente as mensalidades escolares". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. n° 221/GP

Curitiba, 22.05.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame, discussão e aprovação, sob o crivo do alto critério dessa augusta Casa o incluso Anteprojeto de Lei que altera a Lei 7297 de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), objetivando a criação da Comarca de Sarandi.

No ensejo renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências.

Art. 1° - Fica criada a Comarca de Sarandi.

Art. 2° - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de direito de entrância inicial.

Art. 3° - Ficam criados, para a Comarca de Sarandi, com atribuições definidas, os seguintes cargos:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (01) Escrivania do Cível;
- b) uma (01) Escrivania Criminal;
- c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;
- c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4° - Fica criado, para a Comarca de Sarandi, um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal.

Art. 5° - Fica criado, para a Comarca

de Sarandi, um (01) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 6° - Fica extinto o Distrito Judiciário de Sarandi, pertencente à Comarca de Marialva.

Art. 7° - Os artigos 207, inciso V; 209, inciso III, acrescido do n° 92; 210, 56ª Seção Judiciária; e 211, acrescido do número 149, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 207 - ...

V - 92 (noventa e dois) Juizes de Direito de entrância inicial.

Art. 209 - ...

III - ...

92) Sarandi.

Art. 210 - ...

56) Comarcas de Nova Esperança, Mandaguá, Marialva, Paranacity e Sarandi.

Art. 211 - ...

71) Marialva: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva) e Itambé (Município do mesmo nome).

149) Sarandi: compreendendo o município da sede."

Art. 8° - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Sarandi e dos cargos previstos nesta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 9° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, pertence, como distrito judiciário, à Comarca de Marialva.

Esta, de entrância intermediária, abrange ainda, os distritos judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva), bem como de Itambé (Município do mesmo nome).

São autuados, anualmente, nas escriturarias cível e criminal, compreendendo, na primeira, toda a matéria inerente àquele ofício de justiça, 1.300 (um mil e trezentos) processos.

Desses processos, percentagem elevada é originária do Município de Sarandi, o qual apresenta os requisitos exigidos pelo art. 203 do já mencionado Código de Organização e Divisão Judiciárias, para a criação da nova comarca.

A urgência desse ato legislativo, impõe-se para que, evitando-se o aviltamento de serviço forense na Comarca de Marialva, possa o Poder Judiciário dar uma resposta mais célere e eficaz aos jurisdicionados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CF. N° 431/95

Curitiba, 08.08.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para o crivo desta augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Londrina, neste Estado, bem como a justificativa que o integra.

No ensejo renovo a Vossa Excelência, as minhas expressões de elevada estima e distinta consideração.

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO

Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei n° 7.297/80 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - e adota outras providências.

Art. 1° - Fica criada 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Londrina.

Art. 2° - A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Londrina tem jurisdição nas seguintes Comarcas:

- I. Londrina;
- II. Porecatu;
- III. Centenário do Sul;
- IV. Jaguapitã;
- V. Arapongas;
- VI. Apucarana;
- VII. Marilândia do Sul;
- VIII. Faxinal;
- IX. Ivaiporã;
- X. Grandes Rios;
- XI. São Jerônimo da Serra;
- XII. Ribeirão do Pinhal;
- XIII. Santo Antônio da Platina;
- XIV. Jacarezinho;
- XV. Cambará;
- XVI. Ribeirão Claro;
- XVII. Carlópolis;
- XVIII. Joaquim Távora;
- XIX. Andirá;
- XX. Bandeirantes;
- XXI. Santa Mariana;
- XXII. Congonhinhas;
- XXIII. Nova Fátima;
- XXIV. Cornélio Procopio;
- XXV. Assaí;
- XXVI. Uraí;
- XXVII. Ibiporã;
- XXVIII. Rolândia;
- XXIX. Cambé;
- XXX. Sertãozinho;
- XXXI. Bela Vista do Paraíso;
- XXXII. Primeiro de Maio.

Art. 3° - Para a Vara prevista no art. 1°, desta lei, ficam criados:

- a) 1 (um) cargo de juiz de direito.
- b) 1 (um) cargo de escrivão.
- c) 6 (seis) cargos de auxiliares de cartório.
- d) 2 (dois) cargos de oficial de justiça.
- e) 1 (um) cargo de agente de limpeza.

Art. 4° - Os artigos 207, III e III, alínea "a", 210, 19ª, 228, 237, I, 254, acrescido do item IV, e seu parágrafo único, alíneas "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "m", acrescido das alíneas "n" e "o", passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 207 - ...

III - 148 (cento e quarenta e oito) juizes de direito de entrância final, sendo:

- a) 104 (cento e quatro) titulares de varas.

Art. 210 - ...

19ª) Comarca de Londrina: Varas Criminais, de 1ª a 5ª;

Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

Varas de Família e Anexos, 1ª e 2ª e Juizado de Pequenas Causas.

Art. 228 - ...

Aos juizes das Varas de Execuções Penais, 1ª e 2ª, com jurisdição em todo Estado, com exceção das comarcas em que a jurisdição é da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Londrina, compete, por distribuição, exercer as atribuições previstas no Livro IV do Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal, salvo as que forem privativas de outras autoridades, competindo exclusivamente ao juiz da 1ª Vara a Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - ...

Art. 237 - ...

I Londrina: 18 (dezoito) Juizes de Direito;

Art. 254 - ...

IV - 01 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - ...

c) 01 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) 01 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 01 (uma) Escrivania de Família e Infância e da Juventude;

f) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

g) 02 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio

h) 10 (dez) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais

i) 06 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios

j) 01 (um) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas

l) 01 (um) Auxiliar de Cartório da Diretoria do Fórum

m) 02 (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude

n) 02 (dois) Assistentes Sociais para as Varas de Família, uma para cada Vara, e 01 (um) para a Vara da Infância e da Juventude

o) 02 (dois) Ofícios de Avaliador Judicial.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Londrina e dos cargos previstos nesta lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A execução da pena, após a reforma penal de 1984 e a vigência da Lei de Execução Penal, obedece a um processo judicializante e teve, como inovações fundamentais, a individualização e os regimes progressivos de cumprimento da pena corporal.

Além das penas privativas de liberdade e a pecuniária, as restritivas de direito são autônomas e, em alguns casos, substitutivas ou servem como condição para a concessão de benefícios ao apenado.

Para as penas a serem cumpridas em regime fechado e semi-aberto, os estabelecimentos penais deverão ser dotados de condições destinadas à perfeita individualização da repressão, obedecendo-se a critérios exigidos pelo moderno Direito Penitenciário, adequados à Lei de Execução Penal e observadas as normas indicadas na Resolução nº 08, de 12/07/94, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

No Estado do Paraná, a Capital do Estado é dotada de estabelecimentos penitenciários que oferecem as condições a orientar a execução, visando a ressocialização do preso e do internado.

No interior do Estado, somente Londrina possui uma Penitenciária, prescindindo, porém, de Colônia Agrícola.

O processo de execução, na forma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, é de competência, em toda a jurisdição do Estado, das duas Varas de Execuções Penais da Comarca de Curitiba, excluindo-se, delas, através de Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, as penas em regime aberto, as restritivas de direito, os incidentes de execução, os benefícios, e a pena pecuniária.

As penas a serem cumpridas em Penitenciária ou Colônia Penal, têm hoje, o processo de execução pelas Varas de Execuções Penais da Capital.

Urge a descentralização dessas Varas de molde que, em cada Comarca onde existem estabelecimentos penitenciários, se instale uma Vara de Execuções.

A Comarca de Londrina, com abrangência jurisdicional na região, para efeito de cumprimento e execução de penas, é uma delas.

Por certo, essa medida beneficiará, tanto o preso que não se deslocará das proximidades do lugar de sua residência e de sua família, como seu advogado que terá maior facilidade para o acompanhamento do respectivo processo de execução.

Ademais, amenizará o enorme volume de serviço existente nas Varas Especializadas da Capital, onde registra-se mais de 84.000 processos, estando atualmente, em andamento, mais de 15.000 em cada uma das Varas.

OFÍCIO Nº 521/95

Curitiba, 08.08.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para o crivo dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que cria a Vara da Infância e da Juventude na Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado, bem como a justificativa que o integra.

No ensejo renovo a V. Exa. as minhas expressões de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.08.95

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Desmembra a Vara da Infância e da Juventude da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Foz do Iguaçu, cria os respectivos cargos e altera dispositivos da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980.

Art. 1º - Os artigos 207, inciso III "a", 237, inciso IV, 247, inciso III,

acrescido do inciso IV, e seu parágrafo único, n° I, alíneas "c", "d", "e", "f", "g", acrescido das alíneas "h", "i", "j" e "l", passam a ter a seguinte redação:

"Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, segundo a competência prevista neste Código.

I - ...

II - ...

III - 147 (cento e quarenta e sete) Juizes de Direito de Entrância Final, sendo:

a) 103 (cento e três) titulares de Varas;

b) ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

"Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - Foz do Iguaçu: 8 (oito) Juizes de Direito;"

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - ...

"Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - ...

III - 1 (uma) Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude.

Parágrafo Único - ...

I - ...

a) ...

b) ...

c) 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

d) 1 (uma) Escrivania da Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 1 (um) ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

f) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito, Diretor do Fórum, exercerá, por 1 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) 3 (três) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais, um em cada Vara;

h) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

i) 2 (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

j) 1 (um) Assistente Social da Vara da Infância e da Juventude;

l) 1 (um) Assistente Social da Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial."

Art. 2° - Na Comarca de Foz do Iguaçu, fica desmembrada, da atual Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 3° - Ficam criados 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e o respectivo cargo de Escrivão.

Art. 4° - Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito.

Art. 5° - Ficam criados 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça.

Art. 6° - Ficam criados, para a Vara da Infância e da Juventude, 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório, 1 (um) de Assistente Social, 1 (um) de Comissário de Vigilância e 1 (um) de Agente de Limpeza.

Art. 7° - Fica criado, para a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, 1 (um) cargo de Assistente Social.

Art. 8° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Na Comarca de Foz do Iguaçu, a exemplo do que sucede em demais Comarcas de entrância final do interior do Estado, a Vara que cuida dos procedimentos relativos a menores é a Vara de Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, na qual também é exercida a atividade administrativa requisitada pelas incontáveis ocorrências de que participam os menores não delinquentes.

A complexidade da matéria e a relevância da temática dos menores nos dias atuais reclamam, pode se dizer, dedicação exclusiva da autoridade judiciária.

Foz do Iguaçu, pela situação geográfica e pela projeção turística, recebe, diariamente, com maior incidência em determinadas épocas do ano, população flutuante considerável. Atraídos pelo fluxo de turistas, marginais de toda a espécie, notadamente os que se dedicam aos crimes patrimoniais e ao tráfico de entorpecentes, instalam-se na Cidade. A eles, e por influência dos mesmos, se ajunta e progride a delinquência infantil.

O quadro de atividades procedimentais do Juízo, congestionado, requer solução imediata, visto que a progressão alarmante da delinquência na Cidade, noticiada pela imprensa, com maior ênfase para os menores, está a exigir tratamento especializado.

Desse modo, revela-se oportuna e adequada a proposta para que seja criada uma Vara especializada e privativa da Infância e da Juventude, desmembrada da atual Vara de Família e anexos.

Assim exposto e com a aprovação unânime do Órgão Especial do Tribunal de Justiça pelo acolhimento da proposta de criação da Vara Especializada da Infância e da Juventude, submete-se, com minuta de Anteprojeto de Lei em separado, à consideração da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

OFÍCIO N° 531/95

Curitiba, 09.08.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa Anteprojeto de Lei que introduz tabela única e dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, a partir de 1° de agosto de 1995.

O Anteprojeto revoga as tabelas de que trata a Lei n° 11.074, de 29 de março de 1995 e dá outras providências, conforme consta da justificativa em anexo, à qual, por brevidade, me reporto.

Valho-me da ocasião para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.08.95
(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Dispõe sobre a adoção da tabela única e reajusta, conforme específica, a partir de 1° de agosto de 1995, os vencimentos dos Servido-

res ativos e inativos e Serventuários do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam fixados, a partir de 1° de agosto de 1995, na forma da Tabela Única que integra o Anexo I da presente lei.

Art. 2° - Ficam reajustados a partir de 1° de agosto de 1995, no percentual de 10% (dez por cento).

I - os valores dos níveis de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, na forma das Tabelas que integram o Anexo II da presente lei;

II - os valores das gratificações de produtividade;

III - os valores das gratificações de representação de gabinete.

Art. 3° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,25 (hum real e vinte e cinco centavos) a partir de 1° de agosto de 1995.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1995, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA ÚNICA

Classe/Nível	R\$
I	929,05
II	873,98
III	817,50
1	672,05
2	644,34
3	616,63
4	588,91
5	561,20
6	533,48
7	505,77
8	478,06
9	450,34
10	422,63
11	394,91
12	369,01
13	344,81
14	322,19

ANEXO II

TABELA I
CARGOS DE DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Símbolo	R\$
DAS-01	498,91
DAS-02	440,34
DAS-03	410,39
DAS-04	350,91
DAS-05	320,96

TABELA II
CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	R\$
1-C	207,12
2-C	191,28
3-C	176,57
4-C	163,10
5-C	153,32
6-C	144,11

TABELA III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	R\$
1-F	12,57
2-F	10,68
3-F	9,42
4-F	7,55
5-F	6,91

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposição que se destina, inicialmente, a alterar o atual sistema de múltiplas tabelas de remuneração no âmbito no Poder Judiciário, propiciando a necessária e urgente correção das distorções ocorridas no passado, pela concessão das gratificações de que trata o artigo 172, inciso VIII, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A unificação proposta encontra respaldo no artigo 3° da Lei n° 11.074, de 29 de março de 1995 e sendo importante gizar que na sua implantação não haverá aumento de despesa, exceto aquela decorrente do reajuste concedido ao funcionalismo público em geral pois serão revistos os atos de concessão das gratificações previstas no artigo 172 da Lei n° 6.174/70, aos servidores ativos.

O anteprojeto, igualmente, reajusta em 10% (dez por cento) os valores dos níveis de vencimentos dos cargos em comissão e gratificações no âmbito do Poder Judiciário, em proporção idêntica a' dos servi-

dores dos demais Poderes, a partir de 1° de agosto do ano em curso.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo regimental dos trabalhos desta CPI.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER transferência da data do dia 26 de agosto de 1995, para o dia 15 de setembro de 1995, mantendo-se o mesmo local, Cine Teatro Padre José Zanelli, Ibioporã, e o mesmo horário, 20:00 horas, para a entrega do título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Senhor Justino Alves Pereira.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Gilberto Oliveira Grube, em 30/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Visconde de Nacar, 255/32 - Centro - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2302

Curitiba, segunda, em 21.08.95

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Noroaldo Martins Slechinski, em 09/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Guatemala, 756 - Bairro Olarias - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Omanoel Thomaz da Silva, ocorrido em 19/08/95, da Cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 49 anos, faleceu, em União da Vitória, o Vereador Omanoel Thomaz da Silva, dia 19 de agosto/95.

O extinto deixa viúva a Sra. Genise, 02 filhos e 01 neto.

O passamento do Vereador Omanoel veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Omanoel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Vereador Omanoel e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Omanoel Thomaz da Silva para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Omanoel

sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Thomaz da Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2291

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Dênis José Nascimento, médico ginecologista e obstetra, formado em medicina pela Faculdade Evangélica em 30.12.82.

Renomado profissional, recebeu título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia - gestação de alto risco, em 30.10.86, é professor na Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, preceptor da Residência de Obstetrícia do Hospital Nossa Senhora das Graças e Hospital Evangélico, atua na Unidade de Saúde da Mulher, integrante da SOGIPA - Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná.

Dr. Dênis tem sido lembrado com muito carinho pelas suas pacientes, as quais agradecidas buscaram-nos para que, por meio deste voto de louvor, ficasse registrado nos anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ele merece pelos seus conhecimentos, carinho e atenção que tem dispensado às suas pacientes, propiciando a vinda ao mundo de bebês saudáveis, e a segurança de saúde das mães, garantindo-lhes uma perfeita convivência com suas famílias.

Ao Dr. Dênis os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranqüiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2292

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e

muito aplauso para o Senhor OSCAR CORDEIRO, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Jacarezinho, onde atuou há mais de 20 anos, como relojoeiro, tendo sempre o reconhecimento de toda a cidade pela sua dedicação, carinho e amizade com seu povo.

Oscar foi durante muitos anos, Presidente da Liga de Futebol de Jacarezinho. Por volta de 1970, iniciou a construção do prédio da Liga que, com a ajuda dos empresários locais, suas obras foram concluídas, tendo sua inauguração marcada ainda para este ano, o qual levará o seu nome. Além de relojoeiro, foi atleta de futebol e árbitro.

Oscar Cordeiro foi e é, como muitos paranaenses incógnitos, um empreendedor de nosso Estado, permitindo às gerações futuras o desfrute de suas realizações e o exemplo de dignidade e respeito para com seus amigos e vizinhos. Suas realizações como ser humano ficarão registradas nos Anais desta Casa de Leis, juntamente com os agradecimentos deste seu amigo, somado aos demais Pares.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "O Caiçara" de União da Vitória, pela passagem de seus 42 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à direção do mencionado jornal, na pessoa da jornalista M. Da Luz Augusto, Rua Costa Carvalho, 644 - União da Vitória - PR.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data - 12.08.95 - que marcou o transcurso de mais um aniversário do jornal "O Caiçara", um dos mais importantes órgãos de divulgação do interior do Estado, a direção, jornalistas e demais colaboradores são dignos do nosso reconhecimento e admiração.

Esse importante veículo de comunicação que há 42 anos vem prestando relevantes serviços a toda população, dando sua contribuição com seriedade, honestidade e dedicação, muito bem representado na pessoa de sua Diretora, Jornalista M. Da Luz Augusto, é merecedor de todo o nosso respeito.

Por todo o trabalho desenvolvido desde sua fundação em 12 de agosto de 1953, pelo saudoso Professor Didio Augusto, até os dias de hoje, o Poder Legislativo do Esta-

do do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, presta homenagem de gratidão e reconhecimento a essa valorosa equipe, que com muito trabalho contribui para o progresso cada vez mais acentuado de União da Vitória e toda a região.

REQUERIMENTO N° 2288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Sueli Comarella, no Município de Quedas do Iguaçu - PR.

Requer ainda que, do teor do presente, dê-se ciência a família, na Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A extinta Senhora, esposa do Vereador Luiz Vilson Comarella, pertencia a tradicional família de Quedas do Iguaçu. Seu passamento irreparável veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o dever de associar-se à dor da família Comarella, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2289

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de colocar um transformador na Rua João Candido de Oliveira - Vila Suíça - Abranches.

O pedido está sendo feito pelos moradores, pois segundo eles, existe um transformador nesse local, mas é de baixa potência e não aguenta a sobrecarga ocorrendo assim constantemente a queda da energia elétrica e ocasionando estragos nos eletrodomésticos.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2290

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Engenheiro Lineu Raton, proximidades do n° 30, Ubera-

Curitiba, segunda, em 21.08.95

ba.

Segundo os moradores, existia um telefone público nessa rua e foi retirado por motivo desconhecido. Um telefone nesse local é de grande importância e está fazendo muita falta.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), solicitando seja renovado o contrato de prestação de serviços com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), agência de Laranjeiras do Sul, visando a continuidade do atendimento à população dos quatro municípios da região.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação vem de populares e autoridades do Município de Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Virmond.

REQUERIMENTO N° 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a instalação, no Município de Santa Helena, do Batalhão de Fronteiras.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação atende reivindicação de populares e autoridades dos município próximos de Santa Helena, considerando que o mesmo está geograficamente bem localizado, para as ações que se fizerem necessárias para coibir o tráfico e o contrabando, bem como os assaltos às residências dos agricultores que margeiam o Lago de Itaipu. Santa Helena está a 110 km de Foz do Iguaçu e a 100 km de Guaíra, o que estrategicamente facilitará o bom desempenho da atividade policial.

Levamos em conta que a municipalidade oferece condições estruturais amplamente favoráveis a instalação do referido batalhão.

REQUERIMENTO N° 2306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentís-

simo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão de rodovias estaduais em leito natural, no Programa Caminhos da Educação e Desenvolvimento, desenvolvido pela referida Secretaria, para pavimentação asfáltica, dos seguintes municípios:

1 - ARARUNA: Ligação da Sede do Município a São Luiz e PR-465 - São Vicente e BR-272;

2 - RONCADOR: Ligação da Sede do Município a Alto Alegre e PR-462 e Estiva;

3 - CONGONHINHAS: Ligação da Sede do Município a São Jerônimo da Serra, Porto Messias, São Francisco do Imbau, São Judas Tadeu e Bom Jesus.

4 - BANDEIRANTES: Sede do Município a Nossa Senhora de Candelária e Abatiá;

5 - RIBEIRÃO DO PINHAL: Sede do Município a Triolândia e Porto Messias;

6 - NOVA ESPERANÇA: Sede do Município à Ivaitinga e PR-559.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do Programa Caminhos da Educação e Desenvolvimento pelo Governo do Estado do Paraná, é grande o interesse de Prefeitos e da população de Distritos e localidades distantes da Sede do Município em realizar a pavimentação asfáltica das rodovias estaduais em leito natural, que ligam a Sede dos Município com regiões povoadas e distantes.

Assim sendo, é oportuno destacar ao Secretário de Estado dos Transportes, algumas das diversas rodovias do Paraná, que ainda não contam com este benefício público.

REQUERIMENTO N° 2298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná que determine à Secretaria da Chefia de Gabinete da Governadoria, a instalação de um Comitê de Imprensa no 3° andar do Palácio Iguaçu, com dependências adequadas para o pleno exercício profissional.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

É necessário com urgência que se instale nas dependências do Palácio Iguaçu, junto à Governadoria, um Comitê de Imprensa para facilitar o acesso dos profissionais da área, a sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, pois jornalistas, radialistas e repórteres fotográficos têm encontrado sérias dificuldades para cobertura das atividades e da agenda, devido à dificuldade de acesso às informações.

REQUERIMENTO N° 2299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Administração, contendo o seguinte pedido de informações:

1. Qual a despesa com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mês a mês, desde janeiro de 1982 a julho de 1995, utilizando-se como parâmetro o dólar oficial/comercial?
2. Qual a relação percentual entre a receita corrente e a despesa com pessoal, no período acima especificado?

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, pedido de informações à Secretaria de Estado da Fazenda, contendo os seguintes questionamentos:

Qual a Receita que o Estado do Paraná teve entre janeiro de 1982 e julho de 1995, discriminando mês a mês, utilizando como referência o dólar oficial/comercial (dólar médio do mês), enviando relatórios sintéticos demonstrativos ao requerente, separado por conta os seguintes tributos:

1. Transferência constitucional do FPE (Fundo de Participação do Estado).
2. Valores arrecadados pelo ICM/ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
3. Valores arrecadados pelo IPVA (Imposto de Propriedade de Veículos Automotores) a partir de 1988.
4. Valores arrecadados com outros tributos.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada pelo Jornal Folha de Londrina, em 20 de agosto de 1995, sob o título "Lista orienta a ação política do Governo", de autoria do jornalista Sérgio Wesley, da sucursal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A matéria feita pelo Jornal Folha de Londrina, revelando a existência de uma

lista que avalia o apoio dos prefeitos ao Governo do Estado e condiciona a liberação de recursos ao grau de adesão de cada um na última campanha eleitoral, demonstra o tratamento que o Governo do Estado do Paraná vem dando aos municípios paranaenses e a falta de consideração com milhares de cidadãos dos municípios que estão sendo discriminados, conforme demonstrado na própria reportagem.

A chamada "Lista de Schindler" por si só revela a existência de preconceitos e discriminação em relação aos prefeitos do Estado. Condicionar a liberação de recursos e assistência aos municípios ao apoio recebido durante a campanha eleitoral é prática autoritária, injusta e que deixa indignados os políticos sérios desse Estado.

A reportagem, de autoria do jornalista Sérgio Wesley é, portanto, reveladora sobre a atitude discriminatória do Governo do Estado, que penaliza comunidades de todo o Estado e condiciona a prestação de assistência aos municípios de apoio político incondicional ao governo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 325/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Erondy Silvério.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

O ilustre cidadão paranaense, que ora se pretende homenagear, é digno de todo o respeito e admiração do povo paranaense, não só pela singular figura humana que tão bem o caracteriza, como pela contribuição que sempre emprestou ao nosso Estado, nas diversas atividades que exerceu e vem exercendo em sua trajetória empresarial e política.

Erondy Silvério, nascido em Candói, então Município de Guarapuava, em 1° de março de 1923, filho de Edmundo Silvério e de Dona Iolanda Silvério, ficou órfão muito cedo, fato que o obrigou a trabalhar pela subsistência desde menino. Aí iniciou como feirante sua incessante e profícua carreira de labuta, vindo a trabalhar, posteriormente, numa empresa inglesa estabelecida em Curitiba. Durante a Grande Guerra, servia no QG da 5ª Região, onde prestou serviços de contabilidade. Sendo

Curitiba, segunda, em 21.08.95

convidado a seguir carreira militar, não aceitou.

Como empresário, destacou-se no serviço de transporte coletivo, vindo a assumir o sindicato dos Motoristas da classe, onde, pela seriedade e espírito de liderança demonstrado, veio a ser nomeado pelo Governador Moisés Lupion para cargo no então Departamento de Serviço de Trânsito.

O trabalho exemplar perante o DST rendeu-lhe a primeira eleição para Vereador da Capital, onde, por cinco vezes, exerceu a Presidência da Câmara, tendo assumido até o cargo de Prefeito interino, vale aqui ressaltar o fato de que por várias vezes foi titulado pela Tribuna do Paraná, como o "melhor Vereador do ano".

Em 1966 foi eleito Deputado Estadual, atividade política que exerceu, em legislaturas sucessivas, por 28 anos, em sete mandatos, ocupando os cargos de 1º Secretário, já no primeiro mandato, sendo a seguir, eleito Presidente da Casa. Exerceu ainda a Liderança do Governo nas gestões Ney Braga, Paulo Pimentel e Hosken de Novais. Em 1993 foi eleito pelo Comitê de Imprensa como "Deputado do Ano". Justiça seja feita, pois a atividade parlamentar de Erondy Silvério sempre foi marcada pelo maior senso de seriedade e responsabilidade, sendo um parlamentar que sobressaiu-se pela assiduidade às Sessões Plenárias, bem como pelas propostas apresentadas, visando sempre o bem comum e o engrandecimento do Paraná.

Não há críticas à vida pública de Erondy Silvério onde, em todos os cargos exercidos, sempre demonstrou inteligência, probidade, lealdade e trabalho profícuo.

Essas e muitas outras são as razões que nos levam a apresentar esta proposição, e esperamos contar com a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

* PROJETO DE LEI N° 326/95
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das escolas da rede pública de ensino e instituições filantrópicas reconhecidas de Utilidade Pública, a ser concedido às pessoas jurídicas com sede no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O programa consiste na doação de equipamentos novos ou usados de informática ao Estado mediante abatimento dos tributos devidos à Fazenda Estadual no exercício fiscal.

Art. 2º - O Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda, elaborará lista dos equipamentos a serem aceitos como doa-

ção, bem como, a pontuação que, multiplicada por um coeficiente, dará o valor em reais de cada equipamento, que nunca será superior a 50% do valor de mercado.

Parágrafo Único - A Secretaria da Fazenda fará publicar no Diário Oficial do Estado, todo último dia útil do mês, a atualização de lista da pontuação e do coeficiente de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º - O valor a ser abatido mensalmente nunca será superior a 35% do total a ser doado.

Art. 4º - O Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Diante do avanço tecnológico em especial na área de informática, acentuado nos últimos anos após a quebra do monopólio de mercado, constatamos nas empresas uma constante atualização do seu parque de informática.

O Estado tem uma carência crônica, em especial na área da educação, inclusive com o cadastramento diário e documentação escolar informatizados, por não contarem com estes equipamentos em suas instalações.

Entendemos, portanto, de grande valia a proposta do presente projeto, que economizará para o Estado, pois trata-se de rotina simples, que perfeitamente poderá ser realizada em equipamentos que hoje estão ociosos junto à iniciativa privada.

Lembramos que muitos cursos do 2º grau estão em vias de serem desativados ou não reconhecidos em função da carência de tais equipamentos. Sem contar que a presença de um escritório modelo informatizado permite o acesso do estudante menos favorecido a fontes de conhecimento, hoje impedido pelo seu custo.

Feitas estas ponderações, contamos com o apoio dos nobres Vogais desta Casa para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está finda a leitura do expediente.

O Sr. Irineu Colombo (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Apenas para registrar a presença do Prefeito de Ramilândia Ubaldo de Barros que se encontra na galeria.

Obrigado Senhor Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado com a Mesa Executiva ilustre presença do visitante em nosso meio.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna aqui, hoje, e quase chego atrasado a esta Sessão, é porque o prefeito de Curitiba Rafael Greca conseguiu inviabilizar o sistema de trânsito urbano da cidade que é, seguramente, o nosso sistema viário um dos melhores do país. Ele agora está investindo pesado para inviabilizar o transporte público de Curitiba. São imensas as filas que se formaram na manhã de hoje, porque o senhor prefeito não fez planejamento de uma alteração brutal no sistema de transporte público, substituiu 138 ônibus - entre eles os biarticulados e expressos, por 66 novos ônibus. Aliás ônibus esses que nós deveremos - nos próximos dias - pedir aqui, informações tanto ao DETRAN ao Banco do Estado. Pois, segundo consta, ônibus que estão fora do comprimento que é possível de circular em vias urbanas em nosso país. Os ônibus estão acima do limite do comprimento possível.

Mas vamos nos informar porque as informações preliminares é que o DETRAN fez o licenciamento desses ônibus como se fossem ônibus convencionais. Mas vamos verificar isso e vou encaminhar, desta tribuna, um pedido de informações. E também pelo leasing que foi feito através do BANESTADO. Mas vamos deixar o seu prefeito com as fanfarronices dele, para ver se ele consegue criar juízo e colocar, de novo, os ônibus que estão nas garagens. Porque assim é fácil: até eu queria ser empresário de ônibus em Curitiba. Substituir 138 por 66, é muito fácil. Mas está lá o povo com criança no colo, chorando, porque não têm como ir trabalhar, levar uma criança ao médico pela falta de responsabilidade daqueles que administram a cidade de Curitiba. E o prefeito desfila pelas rádios, pelas televisões do país inteiro pedindo reeleição.

Ora, queira Deus, que o povo oriente os nossos congressistas para que se permita, Deputado Zuk, a reeleição. Para que o povo de Curitiba possa mostrar - nas urnas - o que ele pensa do Sr. Rafael Greca e não as pesquisas de opinião que ele manipula da forma que ele quer.

Mas venho a esta tribuna, Sr. Presidente, porque fui certamente como a maioria dos Senhores, tomado de surpresa, não pelo que está acontecendo porque a gente já está notando no nosso gabinete de tra-

balho, com a assessoria, o que tem acontecido. Mas a divulgação que um insuspeito jornal do Paraná, aliás, seguramente um orgulho para todos os paranaenses - a "Folha de Londrina", e eu, como o Deputado Tavares, como o Deputado Alborghetti e eu sou londrinense de nascimento e amo aquela cidade e me orgulho da "Folha de Londrina". Mas na página 4 da "Folha de Londrina" de ontem tem uma matéria assinada pelo brilhante repórter Sérgio Uesli que pertence ao comitê de imprensa aqui, desta Casa, e que traz uma lista. A famosa lista de Schindler. É a lista. Srs. Deputados, que mapeia politicamente os municípios paranaenses. Até por isso acho que o repórter denominou "Lista de Schindler", funciona com estrela, o esquema montado pela Casa Civil da Governadoria. É três estrelas o Prefeito que apoiou o Sr. Jaime Lerner, duas estrelas aqueles que apoiaram Álvaro Dias, que como diz o velho Leonel Brizola, aquelas reses que estão próximas, buscando o buraco da cerca para ir pastar no pasto alheio...

(Termo do Tempo)

No uso o horário da Liderança do PMDB. (Assentimento). Para ir pastar em outras paragens, mas seguramente da maior seriedade, porque nós estamos verificando os municípios que diariamente a imprensa notícia como se tivessem assinado convênios e o que se verifica na verdade e deve motivar aqui seguramente um pedido de esclarecimento desta Casa é se de fato esta lista existe, porque se existir nada mais odioso do que a discriminação política de uma comunidade que claro, o Senhor Jaime Lerner teve votos em qualquer cidade do Paraná, independente do apoio ou não do Prefeito. O que não pode pretender é o Palácio Iguaçu discriminar o povo desta cidade porque o Prefeito apoiou o outro candidato, o Senhor Álvaro Dias. Aliás, deveria ser motivo até do Sr. Governador de investir ainda mais naquele município aonde ele perdeu a eleição, porque é sinal que aquele povo está descontente ou não assimilou a sua proposta de campanha e ele tem que provar para essa população que ele é um bom Governador.

Por isso, Sr. Prefeito, Srs. Deputados, quero requerer para que conste dos Anais desta Casa esta lista de Schindler e também quero solicitar ao jornalista Sérgio Hessler para que ele nos entregue a lista completa que ele é possuidor para que nós possamos cotejar com os dados de jornais que nós já temos e verificar de fato o que está ocorrendo porque eu vejo aqui o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Rossoni, quase que em todas as Sessões que este é um Governo que não tem discriminação. Não é assim que a gente tem visto,

Curitiba, segunda, em 21.08.95

Deputado Rossoni, mas a gente fica acreditando na boa fé tanto do senhor como do Deputado Algaci Túlio, mas o jornalista Sérgio Hessler traz informações que não são possíveis de serem desmentidas ou criou o jornalista Sérgio Hessler para criar constrangimento para o Governo Lerner. Será que o Sérgio Hessler é um adversário do Governo? Não me parece isto. O jornal pertence ao ilustre Ministro José Eduardo que é aliado do Governo Lerner.

Por isso, é que se registre para que o Governo possa esclarecer esta questão.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite-me um aparte, Deputado? (**Assentimento**) - Deputado Romanelli, vejo a sua empolgação em colocar a questão aqui da discriminação e eu não tenho aqui em mãos mas gostaria de ressaltar para V.Exa. que acredito sinceramente que V.Exa. Está equivocado.

A semana passada, por exemplo, o Governo do Estado firmou convênio com a FUNDEPAR, com as Prefeituras do Estado do Paraná e nesses municípios que foram firmados convênios foram municípios que já faziam parte de uma programação elaborada pela FUNDEPAR o ano passado e que elaborou essa relação de municípios e colocou na programação foi o Governo anterior. Se alguém está discriminando então é o Governo anterior. Mas acho o seguinte, só para abrilhantar a sua fala tão importante, dizer para V.Exa. o seguinte, nós ainda somos amadores em perseguição, se é que V.Exa. está falando. O seu Governo, o seu Governo do PMDB, é PHD, é PHD em perseguição e V.Exa. está se precavendo do medo de que este Governo aja da forma que agiu o Governo anterior, que corria atrás dos Prefeitos com a ficha do Partido ou do PMDB ou do PP, senão não recebia verbas do Governo do Estado.

Olha, Deputado, eu tenho o maior respeito por V.Exa., mas V.Exa. esquece muito fácil o que foi feito com os Prefeitos do Paraná para apoiar e na marra, na marra, o seu candidato a Governador. E agora vem V.Exa. dizer que este Governo está discriminando.

Faço um desafio a V.Exa., qualquer relação de convênio assinado com o Governo do Estado para ver que 90% das Prefeituras que estão assinando convênios com o Governo do Estado, o seu Prefeito não apoiou o Governador Jaime Lerner na sua eleição. E eu não entendo o seu discurso, acho que é mais uma saudade do poder do que a verdade.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - De fato, Deputado Rossoni, eu tenho muita saudade mesmo do tempo em que o Paraná era governado por homens equilibrados e que lembravam das comunidades.

O Sr. Rossoni - Até parecer equilibrado mesmo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Pelo menos do ponto de vista da caneta, Deputado.

O Sr. Rossoni - Eu sou Deputado da região Sul do Paraná e por que fazia oposição nesta Casa eu não fui recebido por todos os Secretários do Governo do Estado. Inclusive tenho feito aqui queixas a V.Exa. que V.Exa. não lembrou de contemplar os meus municípios com casas da vossa Secretaria.

Sabe Deputado, o uso do cachimbo faz com que a boca fique torta.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, agradeço que o Sr. me assegure a palavra, embora seja sempre muito oportuno debater com o líder do PDT, Deputado Rossoni. Aliás as editorias políticas, no último final de semana, mostram a insatisfação das lideranças dos Partidos coligados com o Partido de V.Exa., do PFL, do PTB, que estão insatisfeitas com o privilégio que o Governo do Estado está dando aos municípios e a esse grande programa de arregimentação que querem fazer para o PDT. Me parece, Deputado Rossoni, que, V.Exa. deve estar lendo outros jornais que não os paranaenses, possivelmente o Pato Donald, o Mickey ou o Cebolinha, como gosta de ler muito bem.

O Sr. Rossoni - V.Exa. não está ouvindo as nossas lideranças, está ouvindo talvez o PMDB, talvez, que está com tanta saudade do Poder.

O SR. ROMANELLI - Sim, os Prefeitos que estão sendo discriminados, dos 17 Prefeitos principalmente que estão com uma estrela a menos, estão proibidos de serem atendidos pelo Governo.

Apenas para concluir eu queria dizer o seguinte: que os convênios da FUNDEPAR que foram assinados não se pode tirar nenhum município que foi oposição, porque é dinheiro assegurado pelo Banco Mundial, é dinheiro assegurado por contrato firmado pelo ex-Governador Requião e por Mário Pereira.

Por isso não se pode relocar estas obras, já que são obras definidas. Na verdade os municípios não assinaram estas obras de parceria, mas assinaram os convênios porque vão ser estas obras, ao invés de serem realizadas por prefeituras vão ser realizadas por empreiteiras, contratadas aqui em Curitiba. Deus queira que este dinheiro seja bem aplicado.

Estou aqui encaminhando três requerimentos...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não quero acreditar que o Deputado Romanelli venha fazer um discurso e fazer acusações de que empreiteiras, ligadas ao Governo, se assim entendi, Vossa Excelência acabou de falar, é que serão beneficiadas.

Gostaria que Vossa Excelência tivesse a coragem de nominar as empreiteiras e qual é a ligação delas com o Governo do Estado.

Porque não se admite que Deputado vá à Tribuna e com leviandade faça afirmações....

Tumulto - Vozes Paralelas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está assegurada ao Deputado do PMDB, que está na Tribuna, Deputado Romanelli.

O SR. ROMANELLI - O Deputado Algaci pode e deve usar o horário dele, se Vossa Excelência quiser um aparte, eu até lhe concedo, com o maior prazer...

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência está nervoso, eu não sei porque. Vossa Excelência parece que não levantou bem hoje.

Tumulto. Vozes Paralelas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Romanelli está na tribuna, usando o horário da Liderança do PMDB.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI - ...Senhor Presidente, quero deixar claro o seguinte: espero que o processo licitatório das obras da FUNDEPAR seja transparente.

Vamos investigar isso com muita firmeza deixar os olhos bem abertos.

Eu queria, Senhor Presidente, explicar o seguinte: que eu estou encaminhando três requerimentos, um que pede a criação de um comitê de imprensa no Palácio Iguaçu, não é possível mais que os jornalistas, os repórteres fotográficos fiquem na verdade impedidos de ter acesso a Sua Excelência, o Senhor Governador, a sua agenda, as suas atividades, as dificuldades que têm por transitar naquele Palácio, que é o Palácio do Povo, Deputado Algaci Túlio.

Para concluir, Senhor Presidente, quero também encaminhar dois outros requerimentos, que é para colocar claro a questão da receita do Estado e a despesa com pessoal, estou encaminhando dois pedidos de informação, de janeiro de 1982 a julho de 1985, para deixar muito claro para todo mundo, o que é receita e o que é despesa de pessoal no Estado do Paraná, durante os

últimos treze anos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Valdir Rossoni.

Declina.

Horário das Lideranças PP, PSC, PTB,

Declinam.

PDT, com a palavra o Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não ia fazer uso desta Tribuna, mas após ouvir as palavras do Deputado Romanelli e não ter tido a oportunidade de me posicionar num aparte que me concedeu, eu acho que a posição do Deputado Romanelli é mais uma posição de quem está com saudades do poder e é mais uma posição de alguém que usou daqueles artifícios que hoje quer jogar em cima do Governo Jaime Lerner.

Aqui não tem nenhum bobo, nós sabemos da maneira com que agiu o Governo Requião e da maneira com que foi a sua ação com seus adversários, agora vem aqui o Deputado Romanelli se intitular o homem que vai salvar os Prefeitos do Paraná da discriminação.

Ora, Deputado Romanelli, nós teríamos que ter feito parte da escola de Vossas Excelências para ser discriminadores, porque Vossas Excelências são PHD em discriminação, ninguém nesse Estado fez tanto nem no tempo da ditadura a obrigar Prefeitos do Paraná a filiarem-se na marra, a apoiar os candidatos de vocês na marra, porque se não recebiam as verbas do Governo que Vossa Excelência representava Vossa Excelência lembra muito bem, Vossa Excelência era Secretário da Habitação e eu nunca tive a honra de ser recebido por Vossa Excelência e até tenho lastimado aqui quando tenho com Vossa Excelência um bom diálogo se Vossa Excelência não tivesse tido essa mesma atitude com esse Deputado que representava uma região do Estado do Paraná.

Outro assunto que o Deputado Romanelli fala aqui. Aí eu sinceramente é o único homem talvez que esteja certo no Brasil, querer criticar o sistema de Transporte Coletivo na Capital.

O Deputado Romanelli está fora da realidade, está querendo criticar o Prefeito Rafael Greca que pode ser professor de todos os Prefeitos, dos Prefeitos que foram amigos de Vossa Excelência, ontem quando foi implantado o bi-articulado, é natural que tenha problemas, agora querer vir aqui e dizer antecipadamente que não vai dar certo, isso não é

querer fazer crítica, isso é torcer que não dê certo.

Outra questão, o Sistema de Transporte Coletivo implantado em Curitiba, pelo Governador Jaime Lerner é a continuação agora pelo Prefeito Rafael Greca é reconhecida pelo mundo.

É claro que nós nunca vamos ter a pretensão de querer o reconhecimento de Vossa Excelência, Vossa Excelência está mais fazendo discurso para aparecer para os jornais porque Vossa Excelência talvez seja um dos pretendentes do PMDB para ser candidato a Prefeito de Curitiba.

Então tenho certeza Deputado Romanelli que Vossa Excelência dará muito maior contribuição como Deputado porque para Curitiba nós vamos escolher um Prefeito que dê continuidade ao grande trabalho que o Governador Jaime Lerner começou e que o Prefeito Rafael Greca continuou e nós entregaremos Curitiba sim, a um grande planejador para que continue esta grande obra que transformou Curitiba num exemplo para o Brasil e para o mundo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Vossa Excelência pelo lançamento da minha candidatura aqui em Plenário, fico muito honrado com isso.

Se o meu partido assim o desejar, eu seguramente poderei junto com todos aqueles companheiros técnicos, profissionais liberais, professores universitários que compõem o nosso partido que não são professores de Deus, mas seguramente poderemos fazer uma gestão democrática e participativa.

E ao mesmo tempo, Deputado Rossoni, Vossa Excelência poderia ter andado na manhã de hoje, na periferia de Curitiba, nos Terminais... (Tumulto em Plenário)

Mas seguramente Deputado, quando um Prefeito vai mexer com um Sistema de Transporte Coletivo de uma cidade.

Vossa Excelência sabe que um Prefeito tem três variáveis de um planejador urbano, que é o uso do solo, o sistema viário e o transporte de massa. São as três variáveis que qualquer planejador urbano tem que trabalhar. Tem dois desses em Curitiba especialmente. O Sistema Viário e o Transporte de Massa que foram de forma brutal afetada por uma ação administrativa do Prefeito que deveria ser melhor pensada.

Se o Senhor tivesse assistido o noticiário da televisão, o Senhor Deputado Rossoni, o Senhor verificaria o desespero das pessoas. O sistema tem que ser melhorado, aperfeiçoado, faz estação tubo, mas se faça isso com inteligência para que o povo não sofra, com inteligência Deputado

Rossoni.

O Prefeito Rafael Greca não precisa ficar fazendo fanfarronice e ele deve com muita dedicação se debruçar (Tumulto em Plenário).

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, na verdade, escutei o Deputado Rossoni várias vezes durante meu aparte concedido a ele, e Deputado, o senhor seja um homem democrata. Quero que o senhor me assegurasse a palavra!

V.Exa., concluo, rapidamente, e sei que este meu posicionamento não deixa muita gente satisfeito. Mas, a resposta ao Deputado Romanelli quando ele diz que o Prefeito Rafael Greca fez fanfarronice, quero dizer que essa fanfarronice se faz quando se faz uma grande obra na cidade. Quero dizer ao Deputado Romanelli que para inaugurar lombada não precisa fazer fanfarronice. Porque V.Exa. foi governo em Curitiba e não fizeram outra coisa em Curitiba a não ser fazer lombada. E lombada não dá festa. O que tem é que planejar, ser inteligente como V.Exa. disse e planejar uma cidade como é Curitiba hoje - orgulho de todos os paranaenses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Horário do PSDB concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje uso esta Tribuna para dar satisfação a todos os Deputados que apoiaram, em todos os momentos, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a UNIOESTE. E esta Mesa propôs uma ação de inconstitucionalidade do Decreto nº 1303 e para dar satisfação venho fazer este relatório. (Lê):

"Como é do conhecimento de todos, uma liminar da Justiça Federal cancelou os novos cursos de Medicina e Odontologia da UNIOESTE. Porém o mérito da questão ainda não foi julgado.

A Assembléia Legislativa do Paraná tentou uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto nº 1.303/94, que, juntamente com os Conselhos de Medicina e Odontologia e a Associação Médica do Paraná, foi o causador de todo o impasse em torno dos novos cursos da UNIOESTE.

Foi contratado o melhor constitucionalista do Paraná, o Prof. da Universidade Federal Clémerson Merlin Clève para conduzir a questão. Em seu parecer, o Prof. Clémerson considerou como flagrantemente inconstitucional o referido decreto, entendendo difícil mas viável a tentativa de uma Adin contra o mesmo.

Protocolada a ação no Supremo Tribunal Federal em período de férias, quando o

Julgamento da liminar cabe ao Ministro Presidente, o mesmo absteve-se de julgar a liminar, remetendo o feito à distribuição e posterior apreciação do Plenário. Sorteado o Ministro Relator Néri da Silveira, decidiu-se, em plenário e por unanimidade, pelo não conhecimento da Ação Direta pelo Tribunal, por tratar-se de decreto federal e, portanto, sendo entendido pelo Supremo como caso de inconstitucionalidade indireta. Esse foi um empecilho já previsto no parecer do Prof. Clémerson, que considera mais viável um pedido de suspensão da liminar concedida pela Justiça Federal de primeira instância.

E é isso que será feito. Esse pedido de suspensão da liminar será feito com base na Lei nº 8.437/92, que profere que compete ao Presidente do Tribunal ao qual couber o recurso suspender, em despacho fundamentado, a liminar nas ações movidas contra o poder público ou entidades de direito público ou para evitar grave lesão à ordem, à segurança e à economia pública.

Os Requisitos Para o Pedido estão preenchidos e são evidentes: O manifesto interesse público está demonstrado pelas mais de 20.000 assinaturas do povo e 50 assinaturas dos deputados estaduais do Paraná.

A lesão à economia pública está demonstrada pelos R\$ 30 milhões de investidos pelo Governo do Estado na UNIOESTE que estão sendo prejudicados pela medida liminar.

O pedido de suspensão da liminar, feito pela UNIOESTE ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence, é mais uma tentativa de salvar essa Universidade, tão sonhada pelo povo e onde foi investido tanto dinheiro público.

O apoio que os nobres colegas nos deram ao assinar o manifesto em favor da UNIOESTE foi de extrema importância, e, tenho certeza, será decisivo para o convencimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, na medida em que demonstrará o evidente interesse público em torno da questão, e a força e representatividade que tem esta Casa de Leis no trato de assuntos relevantes para a população.

(aa) Anibal Khury, Luiz Carlos Zuck, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, João Techy, Alga-ci Túlio, Valdir Rossoni, Caíto Quintana, Élio Rusch, Ângelo Vanhoni, Sérgio Spada, César Seleme, Jocelito Canto, Nelson Justus, César Silvestri, Albanor Gomes, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Antonio Toti Colaço, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Celso Sâmis, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi

Pugliesi, Joel Coimbra, José Durval Amaral, José M. A. Santos, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Accorsi, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles H. Mello, Plauto Miró, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab e Valmor Trentini."

Este, senhores, é o relatório que trago, porque devo esta satisfação a todos os Senhores Parlamentares que em todos os momentos não tem medido esforços para apoiar a região oeste do Paraná e principalmente consolidarmos os dois cursos hoje em questão, Odontologia e Medicina.

E quero além deste pedido que faremos à Justiça Federal, quero que todas as forças políticas desta Casa que possam nos auxiliar no sentido de convencer os Conselhos Regionais de Saúde de Odontologia e Medicina para que retirem este processo ora em andamento, porque se esses Conselhos Regionais tiverem a sensibilidade, forem visitar, meu caro e querido amigo, Deputado Alborghetti, a região de Cascavel a Universidade, a UNIOESTE, procurando conhecer os Campus de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu e perceberem lá o grande investimento que foi feito, o recurso que hoje está implantado naquela Universidade, as condições plenas de formar lá bons profissionais, tenho certeza absoluta que com um bom entendimento, com a presença desses conselhos na nossa região, nós, quem sabe, poderemos sensibilizá-los para que voltem atrás e que não fiquem prejudicando uma região e também denegrindo a imagem dos dentistas e dos médicos, porque a população hoje está interpretando como um verdadeiro corporativismo estas ações que tem prejudicado tanto a UNIOESTE.

Conversei a semana passada com o Dr. Rosinha para que ele interfira junto ao Conselho Estadual de Medicina para que ele através da sua ação como Parlamentar possa nos ajudar, possa sensibilizar estas pessoas para que reconheçam o nosso maior, legítimo direito de implantar lá uma das grandes Universidades do Oeste do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, faço aqui este relatório com muito sentimento por não termos conseguido êxito na Ação de Inconstitucionalidade do Decreto nº 1303. Mas, de qualquer maneira a nossa luta continua e nós vamos precisar muito de todos os Senhores Parlamentares para que possamos em conjunto com a nossa força política, com a nossa ação de trabalho, com a nossa fé e esperança que através da ação política poderemos transformar o Paraná e o Brasil e teremos grande sucesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados por todo apoio que nos tem concedido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário do PFL concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente a manifestação do Deputado Romanelli, e não podíamos ficar calados diante da sua manifestação.

Na última sexta-feira, nas dependências da FUNDEPAR, ocorreu uma série de assinaturas de convênios entre o Estado do Paraná e algumas prefeituras do nosso Estado. Convênio este que visa a construção de novas salas de aulas e firmado entre as prefeituras e o Governo do Estado. Dinheiro este, como o Deputado Romanelli já disse, é dinheiro do Banco Mundial. Aliás projeto já encaminhado há muito tempo. Há uma série de convênios que deverão ser assinados.

Agora não podemos concordar com o ilustre Deputado Romanelli, quando ele, da Tribuna, fez algumas considerações em relação ao tratamento do Governo do Estado com as prefeituras do Estado do Paraná. Ora, se formos levar em consideração uma das principais cidades do nosso Estado é Londrina, e a sua administração municipal está sendo dirigida pelo PT, e assinou convênio na sexta-feira. Outra cidade, como Cascavel, como Maringá, como Colombo e muitas outras cidades do nosso Estado assinaram convênio e são administradas por prefeitos do PMDB, que foram adversários do Governo, na última eleição.

Lamentavelmente, fiquei triste, na última sexta-feira também, porque não tive nenhum prefeito dos municípios da minha região que assinaram convênio. Mas tenho certeza que o Governo do Estado, através da FUNDEPAR, tem feito a seleção, ou melhor dizendo, tem seguido um cronograma elaborado não só nesse Governo, mas já em Governo passado, prova claramente que não houve e não existe, até o presente momento, qualquer discriminação, e quem foi bombardeado no interior, Deputado Romanelli que foi V.Exa. mas foi este Deputado, que não pertence ao PDT, que é Líder do PFL, aqui na Assembléia Legislativa.

Quando estive no interior, no Oeste do Paraná, quando os prefeitos de primeira hora do meu Partido, do PTB e do PDT, que não assinaram convênio na FUNDEPAR na sexta-feira, eles reclamaram sim! Mas tenho certeza que o Governador do Estado do Paraná haverá de abrir, como já abriu, as portas do Palácio Iguaçu, que estiveram trancadas nos últimos 4 anos! Porque o Governo não recebeu Prefeitos! E hoje sim, podemos dizer que o Governador do Paraná recebe os prefeitos nos mais diversos convênios que foram assinados!

Estou triste sim, mas por outro lado

tenho certeza, estou convicto, que nossos prefeitos que têm apoiado a candidatura de Jaime Lerner, que foram prefeitos de primeira hora, entre os prefeitos de primeira hora muitos prefeitos venceram as eleições com Jaime Lerner e eles tem a necessidade de construção de salas de aula e não foram ainda beneficiados. Mas estes recursos haverão de se alocar diretamente, quer por convênios ou quer por outra forma e não posso conceber também, quando o Deputado Luiz Cláudio Romanelli deu a entender que com esse convênio, na certeza algumas empreiteiras deveriam ser privilegiadas, deveriam ser atendidas e eu gostaria de perguntar então a esse deputado, se ele pudesse dizer o nome das empreiteiras, porque essas obras serão construídas pelos prefeitos de todos os partidos, pelo prefeito do PMDB de Cascavel, pelo prefeito de Maringá, pelo prefeito do PT de Londrina por tantos outros prefeitos, pelo prefeito do PTB de Laranjeiras do Sul, aí então eu pergunto será que existe ou será que existia em governos passados, será existente ou existia favorecimento a algumas empresas, será que existe ou existia perseguição a prefeitos que não comungavam com as mesmas linhas políticas do atual governador ou do governo passado. Nós não podemos conceber essas críticas que para mim são críticas infundadas. São críticas que a meu ver não encontram ressonância, porque se as encontrassem, desses vinte e poucos municípios, se isso existisse efetivamente a discriminação só poderiam ter sido atendidos prefeitos que efetivamente estivessem com Jaime Lerner.

O Sr. Caíto Quintana - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Respeito a posição de cada parlamentar, mas V.Exa. na tentativa de ser agradável demais no Governo Jaime Lerner, acaba nos obrigando a contestar. Fui Chefe da Casa Civil, Deputado. V.Exa. é a maior testemunha de que os seus prefeitos todos foram recebidos e até porque V.Exa., que no mandato passado deveria estar na oposição, foi um dos primeiros a fazer parte do bloco de apoio ao governo...

O SR. ÉLIO RUSCH - Não é verdade.

O Sr. Caíto Quintana - e para parecer mais verdade então o que eu afirmo, porque V.Exa. sempre foi atendido, os seus municípios foram todos atendidos. Não houve discriminação no Governo passado. Eu lhe trago no instante em que o senhor quiser a relação dos municípios, obras atendidas, me cite um da sua região que tenha sido discriminado.

Por exemplo, Cândido Rondon que

V.Exa., fala tanto, que é o seu município. Foi discriminado? Toledo foi discriminado, Assis Chateaubrinad, Jesuita, qual o município, então não acuse, defenda o seu governo, mas não jogue pedra de graça, porque muitas e muitas vezes eu lhe recebi na Casa Civil, acompanhado de seus prefeitos e o senhor acompanhou como um deputado trabalhador deve fazer. A audiência dos seus prefeitos durante todo o governo Requião nas Secretarias do Estado e foi atendido, portanto não houve discriminação. E eu vou mais, até acho que esse governador não está fazendo discriminação mesmo, porque não atende nem os nossos nem os dele, não está atendendo nenhum, portanto não discrimina ninguém.

O SR. ÉLIO RUSCH - V.Exa. realmente está condenando aquilo que o companheiro de sua Bancada, Luiz Cláudio Romanelli, acabou de afirmar na tribuna e dizer a V.Exa., Deputado Caíto Quintana, que no governo passado, tenho votado com o governo, tenho votado sim e V.Exa. mais do que ninguém sabe das dificuldades que nós tivemos, na cidade de Mal. Cândido Rondon, para assinar o convênio de 127 casas do mutirão, que era dirigido exatamente pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, para fazer com que esse convênio fosse assinado, fez-se necessário que V.Exa. como Chefe da Casa Civil interferisse, ligando diretamente para o Luiz Cláudio Romanelli para liberar as casas em Mal. Cândido Rondon. Se não fosse V.Exa. como Chefe da Casa Civil interferir na Secretaria da Habitação, Mal. Cândido Rondon não teria assinado as casas da habitação, porque o meu prefeito era do PFL e diga-se de passagem, Deputado Caíto Quintana, que na eleição para prefeito esteve na cidade de Mal. Cândido Rondon o Governador Roberto Requião e prometeu mil casas, que até hoje estamos esperando.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)
- O meu nome foi citado de uma forma agressiva pelo eminente Deputado Élio Rusch, porque o Convênio com o Município de Mal. Cândido Rondon, não só de 150 unidades, que o Deputado foi o portador inclusive dos cheques do Prefeito. Além desse Convênio nós pudemos assinar mais 600 casas no Município de Mal. Cândido Rondon. Ao contrário do que está dizendo o Deputado, o Município foi assim e muito prestigiado tanto quanto era Prefeito o Diter (?) quando depois o Prefeito Ademir. O Deputado sempre foi o ilustre orador que está nesta tribuna. Tenho fotos minha, com o senhor e o senhor entregando o cheque para o Prefeito Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Deputado Luiz Cláudio

Romanelli, essa assinatura aconteceu no seu gabinete, depois da interferência do chefe da Casa Civil Caíto Quintana. E eu não vi ninguém assinar convênio sem entregar cheques. Assinaram 127 casas e depois que o PMDB ganhou em Mal. Cândido Rondon assinaram 600 casas.

(tumulto em Plenário)

Essa é a verdade, e pergunto, quando é que se discriminou no atual Governo ou no Governo passado. Porque nós em quatro anos de administração do PFL em Mal. Cândido Rondon, assinamos 127 casas só. Já disse isso, graças a interferência do Deputado Caíto Quintana.

(tumulto em Plenário)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (aparte) -

Queria que o senhor só me dissesse o seguinte: qual foi o Município seu que ficou sem ter assinado convênio da Casa da Família e também uma outra segunda pergunta: qual o Município atualmente que V.Exa. tenha levado algum convênio de construção de Casa Popular.

O SR. ÉLIO RUSCH - Consegui levar um convênio para a cidade de Mal. Cândido

Rondon, foi o único que eu consegui levar (tumulto em Plenário). Me diga o outro Município que eu levei V.Exa. foi Secretário, não tenho levado nenhum.

(tumulto em plenário e vozes paralelas)

Apenas para concluir Senhor Presidente. Através de todas as dificuldades em que atravessa a economia brasileira, através da dificuldade financeira que atravessa o Estado do Paraná, o Governo Jaime Lerner, procura de uma ou outra forma fazer alguma coisa em nosso Estado, quer através de convênios, ou através de obras diretamente do Governo do Estado. Nós sabemos que esse debate da oposição e a situação é salutar e na certeza isso cada vez mais venha consolidar a Democracia. Mas a verdade tem que ser dita e nós não podemos ficar calados diante das inverdades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Consulta a Liderança do PPR se fará uso do seu horário, Deputado Seleme.

DECLINA.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente - antes que envolva o meu nome, só para registrar nos anais que ninguém tem foto minha nem entregando Kombi, nem casa para Prefeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre partido dos trabalhadores.

DECLINA.

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Poderia a Situação no dia de hoje, tivesse ela o ímpeto que tem o Deputado Romanelli, em fazer acusações um tanto quanto levianas. Poderíamos nós, hoje aqui, simplesmente ler a matéria do jornal "Indústria e Comércio" ou de todos os jornais. Faço referência ao "Indústria e Comércio" não por uma questão de preferência, mas é um dos grandes jornais de Curitiba, a exemplo da "Gazeta do Povo", "O Estado do Paraná", a "Tribuna", o "Jornal do Estado", a "Folha de Londrina", mas podemos pegar qualquer um dos jornais e hoje deitarmos aqui, nesta tribuna, a falação a respeito do que aconteceu na última sexta-feira ao ex-governador Roberto Requião. No entanto entendemos que é uma questão de justiça a ação que pede para que o ex-Governador devolva o dinheiro ao setor público. Acharmos também que é uma ação de justiça, pois está sub judice, também, Deputado Caíto Quintana - com todo respeito a V.Exa. que tem sido, realmente, uma pessoa de uma inteligência, de uma cautela a toda prova e nós aprendemos com V.Exa., em alguns momentos até, aplicar essa cautela e bom senso. Poderia também falar a respeito do caso que envolve o irmão do ex-governador, Maurício Requião. No entanto, deixo tudo isso de lado.

Quero dizer que o Deputado Romanelli e a esta Casa que é normal, que é natural o atrito do lado de lá com o atrito do lado de cá. Agora para tudo existe limite. E gostaria de começar o Horário da Liderança - e vou fazê-lo - elogiando o Deputado Luiz Cláudio Romanelli que hoje, pela manhã, nos ajudou a dar quórum à CPI do Porto. Teve a paciência, desde as nove e meia da manhã, quinze para as dez até por volta do meio dia, não sendo ele integrante da CPI, não sendo sequer componente da CPI, mas convidado por nós, deixou seus afazeres particulares e foi à CPI nos ajudar. Quero cumprimentá-lo e agradecer a sua boa vontade.

Porém, Deputado, não posso concordar com algumas colocações. Por exemplo: tenho um orgulho extraordinário de ter sido vice-Prefeito desta cidade, de ter sido prefeito 22 vezes, ter sido reserva do Senhor Jaime Lerner. De ter ajudado a modernizar esta cidade. Isso por mais crítico que seja o curitibano deve entender que é belíssima esta Cidade apesar de todos os problemas que ela tem. Isso ninguém pode dizer que não tem essa satisfação. Agora, toda vez que se implanta um sistema novo é evidente que tem problemas. Esta Casa tentou implantar o painel eletrônico e não

houve condições e até hoje não funciona. E o dia que tentou funcionar foi uma situação terrível na Casa.

Agora, implantar um novo sistema de transporte coletivo que é um sistema moderno, que custa 100 vezes mais barato do que um metrô, implantado em São Paulo. Que está lá em Brasília, parado, porque não conseguem terminar, pararam as obras por falta de dinheiro. Mais barato, mais econômico, mais rápido, mais eficiente e, acima de tudo, mais agradável do que você ficar - feito minhoca - transitando por uma cidade embaixo da terra.

Agora, há de se dar um desconto Deputado Romanelli. Há quantos anos os prefeitos que passaram pela cidade, de seu partido implantaram algum sistema de transporte em Curitiba? Quer dizer, quem não pôde implantar, não teve a capacidade de implantar uma melhoria no sistema de transporte coletivo não tem autoridade para criticar o que foi implantado no sábado e que teve seu primeiro dia útil, hoje, segunda-feira. É preciso, no mínimo, dez dias, para que o próprio usuário, para que o sistema possa funcionar corretamente, para que o próprio motorista se adapte com o novo transporte, com o novo motor, com o novo tamanho do ônibus. Ora, meu Deus do céu: exigir que hoje funcionasse 100%. Eu mesmo no meu programa hoje pela manhã chamei a atenção do pessoal da URBS e prontamente veio a informação.

É a situação de momento, foram tiradas algumas linhas que eram linhas intermediárias e que passaram a ser absorvidas pelas linhas do biarticulado, que aliás eu o chamo de Triarticulado em homenagem ao meu Paraná, Tricampeão.

Então, Deputado Romanelli, é natural que dentro de dez dias ainda se tenha algumas reclamações. Ninguém tira, ninguém tira a razão do usuário, ninguém tira a razão do usuário nas reclamações.

Agora, tenho certeza, a exemplo do que foi com o ônibus expresso, do que foi com o ônibus Ligeirinho, nós tivemos todo começo, nós tivemos as reclamações. Agora, há que se reconhecer a ousadia de mudar. Competência que os Prefeitos do seu partido não tiveram, e nós tivemos. Ora, quando a COLNEC implantou o ônibus com um "M" bem grande de metropolitano, foi uma desgraça na Região Metropolitana. Tiraram as linhas, tiraram as linhas normais, os pinga-pinga, ali e foi uma situação difícil. A hora que se adaptaram ao Metropolitano, ficou tudo bem. Está funcionando bem.

Então, é preciso admitir, Deputado. A sua crítica ela até teria credibilidade enquanto ela fosse pautada em cima da parte técnica. A partir do momento que V. Exa. acabou entrando no lado pessoal o Prefeito Rafael Greca de Macedo, não

respeitando a figura do Prefeito, se ele é gordo, se ele é magro, a maneira dele se movimentar, V. Exa. perdeu a credibilidade, porque V. Exa. envolveu a questão política interesseira do seu lado.

V. Exa. não teve a capacidade, então V. Exa. perdeu, o seu discurso poderia ser até aceito por todos nós aqui, mas perdeu a partir do momento que V. Exa. deixou a parte técnica e partiu para o lado político.

Então, quero dizer a V. Exa. que esse é o preço da ousadia, o preço da coragem, o preço da inteligência, o preço da capacidade que estamos tendo em modernizar a cidade e que o Governador vai fazer também no Estado do Paraná.

Mesma ousadia não tiveram os Prefeitos do seu Partido, a quem...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

O orador que emocionado sobe à tribuna confunde as rodas do ônibus, Deputado Algaci.

O Deputado Algaci, Senhor Presidente, não entendeu, inclusive, que fiz um corte no meu discurso entre a sua gestão na prefeitura e do Governador Lerner e do atual Prefeito.

Agora, não teci nenhuma consideração se o Prefeito era gordo, magro, se tinha gestos...

O SR. ALGACI TÚLIO - V. Exa. citou sim. V. Exa. citou sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Pode pegar as notas taquigráficas. E segundo queria dizer o seguinte, que os Prefeitos Maurício Fruet e Requião melhoraram o sistema de transporte urbano. Inclusive o atual sistema gerencial que Curitiba tem, Deputado Zuk, foi implantado pelo Governador Requião, pelo Prefeito Requião.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, não está dentro da questão de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pelo Ordem)

Foi implantado pelo Governador Requião, pelo Prefeito Requião, que comprou, inclusive, 88 ônibus biarticulado, quem trouxe, quem fez frota de ônibus biarticulado em Curitiba foi o Prefeito Requião, Deputado Zuk.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Continua com a palavra a Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria de concluir dizendo que nós tivemos a ousadia.

Estamos tendo a cada dia que passa a ousadia de modernizar esta cidade e agora

a ousadia também teríamos para o Estado do Paraná.

Então, queria também citar aqui, V. Exa. foi à Tribuna, falou a respeito de uma lista, olha, Deputado, Vossa Excelência também não pautou com a verdade, V. Exa. quis fazer a média com o jornal que publicou a notícia, que nós também entendemos de onde foi arrancada esta informação, porque não é verdade.

Posso pedir, se quisesse, mas não quero pedir isto aos demais companheiros Parlamentares, mas poderia pedir a um por um aqui e todos diriam que o Prefeito da sua cidade, já foi atendido.

Poderia dizer aqui, por exemplo, na sexta-feira quando tivemos a assinatura de um convênio na FUNDEPAR poderia dizer, por exemplo, perguntar a V. Exa. e ao Deputado Neivo Beraldin, se o Prefeito de Colombo é do PDT, a que Partido pertence e para quem ele trabalhou na campanha eleitoral? Ele foi lá assinar o convênio. Se o Prefeito Joaquim Rodrigues da Silva, de Roncador, a que Partido ele pertence e para quem ele trabalhou na última campanha eleitoral?

O Sr. Romanelli - Mas queria ver se este Governo tinha coragem de não assinar...

O SR. ALGACI TÚLIO - Estou com a palavra, Sr. Presidente. Me parece que o Deputado Romanelli, na sua volúpia de falar e de aparecer está exagerando um pouquinho.

Se o Prefeito de Sarandi, por exemplo, Milton Martini, ele é do PMDB e foi assinar o convênio. O Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, tem constantemente estado no Palácio, a cada 15 dias ele tem assinado convênios, a que Partido ele pertence? O Prefeito de Araçongas, Waldir Pugliesi, para quem ele trabalhou e a que Partido ele pertence? Esteve também assinando convênio. O Prefeito de Maringá, Said Ferreira, a que Partido pertence? Certamente não é do PDT, não é do PFL, não é do PTB e nem do PSDB, esteve lá assinando o convênio!

No último sábado estivemos em Guaratuba, assinando um convênio com a Prefeitura de Guaratuba, com a Secretaria do Meio Ambiente com o IAPAR e lá estava assinando o convênio, conosco, o Prefeito de Guaratuba, José Ananias, que não apoiou o Governador Lerner, e apoiou o Governador Álvaro Dias e está assinando o convênio. Acho e me surpreendi até, com todo respeito ao repórter que fez a matéria: "Não pode ser verdade isso, o que está acontecendo, não pode ser verdade isso."

Tanto não é verdade que posso aqui trazer e vou levantar todos os prefeitos que vieram ao Palácio Iguaçu, nestes pri-

meiros oito meses, assinar convênios com o governo do Estado do Paraná. Por exemplo, Guaraniaçu, não é do PDT, não é do PFL, não é do PTB, não é do PSDB, já recebeu, Terra Boa, Ivaí, são muitos municípios, não sei de onde tiraram esta relação, não é possível!

Então fica aqui esta minha posição, apenas dizer que este Governo tem dito no seu discurso no Palácio: "Acabou o tempo do ódio, do rancor, da vingança e do revanchismo." Temos aberto o Palácio a todos, não porque o Governador é gentil mas até porque é uma obrigação do Governador. Ele tem aberto o Palácio a todos, recebido a todos, Deputados da Situação, da Oposição, V.Exa. mesmo já foi recebido pelo Secretário do Planejamento, V.Exa. disse para mim, na semana passada que esteve conversando com o Secretário do Planejamento e tantos outros Deputados. Então não há discriminação, não há revanchismo, não há nada disso, absolutamente nada disso!

Confesso a todos que este Governo tem trabalhado abertamente, sem posição político partidária.

Hoje por exemplo o Governador esteve em Ponta Grossa, foi lá no trabalho do Deputado Zuk, Jocelito Canto, Plauto Miró, num momento em que se iniciava as obras da indústria Kaiser, que foi iniciado no governo do seu Partido, reconhecemos isso.

Então não existe esta discriminação, posso garantir.

Concedo o aparte ao Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Walmor Trentini - Queria no meu aparte, até por uma questão de justiça fazer este esclarecimento que na minha região, a região de Paranavaí, de 29 municípios apenas três apoiaram o Governador Lerner, na sua campanha, e no último dia 30 de junho os 29 prefeitos assinaram convênio com a SUCEMA. Tem recebido normalmente os recursos da FUNDEPAR. Aliás a FUNDEPAR, um deles me disse que o Governo passado já havia assinado o convênio três vezes, e não saiu, agora ele assinou mais uma vez para poder liberar o dinheiro. Os municípios todos receberam recursos da ordem de um milhão e seiscentos mil reais da SUCEMA, amanhã ainda estará em Paranavaí e Primeira Dama do Estado, Secretária da Criança e Assuntos da Família, Sra. Fany Lerner, para assinar com o Município de Paranavaí, com a Guarda Mirim, o Programa "Piá no Ofício" e já liberando recursos.

Então estou bastante à vontade e acho até que demos muita importância a esse pronunciamento do Romanelli, porque não condiz com a verdade, não existe essa situação, mas fiz e faço esse esclarecimento por questão de justiça.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Na verdade gostaria de agradecer ao nobre Deputado Algaci Túlio, pela oportunidade que V.Exa. nos dará a todos, trazendo as informações sobre os convênios que foram assinados. O esclarecimento desta Casa, é justamente o meu objetivo, para que não haja discriminação com município algum do Paraná independente da sua condição partidária e vou esperar que a sua promessa nessa Tribuna de trazer a listagem de todos os convênios que foram assinados desde o início do governo com os respectivos prefeitos, valores, data da liberação, será de grande importância para todos os senhores deputados, inclusive para os componentes da bancada da situação que vão verificar a discriminação que existe entre deputados que dão sustentação a este governo.

Agradeço a V.Exa., reconheço em V.Exa. um trabalho extraordinário que está fazendo à frente da CPI do Porto, com muita honra participei hoje e participo, quando V.Exa. me convidar e tenho certeza que aquela CPI não terminará em "pizza" pela firmeza com que V.Exa. está conduzindo os trabalhos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço ao Deputado Romanelli, mas a CPI não termina em "pizza" em que pese até algumas ameaças que este Presidente da CPI tem recebido, mas não nos intimidamos e estamos aqui para correr o risco de fazer o trabalho de fiscalização, como fiz quando era oposição e evidentemente como faz V.Exa. hoje quando é oposição.

Só que na verdade o Governador Jaime Lerner não merece algumas críticas que estão sendo colocadas a ele porque ele tem feito um governo aberto, totalmente transparente e nós dessa liderança temos aqui aprovado quase todos os pedidos de informações, de uma maneira cavalheiresca, no sentido de valorizar a Casa, agora de repente ocorrem os abusos, não há compreensão e corremos também o risco de mudar a maneira como vai trabalhar na Casa.

Queremos aqui engrandecer este Parlamento, queremos aqui nos valorizar e valorizar os companheiros também, agora se por picuinhas se faz isso, um extraordinário pronunciamento aí temos também que mudar de posição e acho que daí de repente até o próprio governador talvez tenha até que mudar de posição, se ele não é compreendido pela maneira aberta, transparente que vem governando.

Será que temos que continuar adotando a prática do passado? Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos a

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 221/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que altera a Lei n° 7297 de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), objetivando a criação da Comarca de Sarandi. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 431/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Londrina, neste Estado. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 521/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que cria a Vara da Infância e da Juventude na Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 531/95, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que introduz tabela única e dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores e serventários ativos e inativos do Poder Judiciário, a partir de 01 de agosto do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Caíto Quintana pela iniciativa.

Acho que o Deputado Erondy Silvério é na verdade merecedor dessa homenagem.

Há muitos anos Deputado, homem de um envolvimento muito grande com a Cidade de Curitiba, contribuiu também extraordinariamente para o progresso da nossa cidade, sempre valorizou esta Casa, sempre teve posições coerentes, muito embora até quando éramos aqui Oposição e ele sendo de Partido de Oposição tinha posicionamento

contrário. Sempre soubemos respeitar a figura do Deputado Erondy Silvério.

O Deputado Caíto Quintana me rouba uma oportunidade. Deputado, lhe confesso que já tinha pensado nesta possibilidade de homenagear o companheiro Erondy Silvério. É um cidadão que merece os elogios e a homenagem desta Casa.

Me associo a ela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 017/95, que dispõe sobre a atenção à saúde mental no Paraná, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07 de 21.02.95)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 064/95, que autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural". **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 22 de 22.03.95)**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Caieiras - AMOCA", com sede e foro no Município de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 229/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 240/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores Vila Sandra II, Bairro Campo Comprido", com sede e foro no Município de Curitiba - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, ar-**

tigo por artigo.

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 241/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da CCJ. Em discussão.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Gostaria de ouvir a leitura da Emenda.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - **Procede a leitura da Emenda.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Dirimida a dúvida, em votação.

Senhores Deputados que concordam. **Aprovada.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/95, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir do dia 01 de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 14.08.95 - Ofício).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 303/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar em 10% as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, somos favoráveis a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 303/95

P A R E C E R:

O plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar em 10% (dez por cento), as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Sobre a matéria, constatamos, já existir o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento da Co-

missão de Constituição e Justiça, entendendo não existir nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/95, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, que fixa o vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1° de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 94, de 14.08.95 - Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 304/95 e 309/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Auditor, Procurador Geral e Procurador de Estado junto a este Tribunal, a partir de 01.08.95.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 304/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1° de agosto de 1995.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice à sua tramitação normal nesta Casa.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para registrar o voto contrário do Partido dos Trabalhadores, porque entendemos que os vencimentos colocados em mensagem isolada, vêm com aumento diferenciado. Esses novos critérios elevam o salário dessas categorias profissionais a um percentual de 53,56% com relação ao último reajuste concedido em março do corrente ano, na ordem de 14%. Ou seja, em dezembro de 94 o vencimento dessa categoria de carreira era fixado em 1.606 reais, com os 14% de março, passando para 1.833; agora, com a nova mensagem, para 2.814. Enquanto isso, os demais servidores tiveram apenas 10% de reajuste.

O reajuste é ilegal, é inconstitucional. Afronta o Artigo 37, inciso 10 da Constituição Federal e Artigo 27, inciso 10 da Estadual, posto que distingue índices tão diferenciados aos servidores públicos.

Por este questionamento, a Bancada vota contrário ao presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Conforme anotação solicitada pelo ilustre orador. Perfeitamente anotado pela Mesa Executiva.

Em votação, em 1.^a discussão, o Projeto de Lei nº 304/95. **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2287, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2288, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2289, 2290, 2291 e 2292, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2311, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2298, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2301 e 2302, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2303 e 2304, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2306, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2307, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado,** inclusive com voto do ilustre Deputado Presidente da CPI da SANEPAR, José Maria Ferreira. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2308, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2309, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2299, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2300, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2305, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Antecipei-me, Senhor Presidente, concordo perfeitamente, permito que a Bancada vote favoravelmente porque toda a matéria que sai em jornal merece evidentemente o respeito, e entendemos que é uma coisa muito natural isto. Mas peço ao Deputado Romanelli que vote amanhã comigo num requerimento que vou enviar à Mesa para que conste nos Anais da Casa também as matérias que saíram neste final de semana envolvendo o nome do ex-Governador Roberto Requião.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Certamente votarei a favor do requerimento do Deputado Algaci Túlio como também encaminharei um pedido de informações

à Mesa sobre os gastos de 45 mil reais que estão sendo feitos para reformar o jatinho do Governador e de 250 mil reais para aluguel de horas de aeronaves a jato que está sendo feito no Palácio Iguazu. Também gostaria de receber apoio do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento.

Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
241/95.

Stingio Wesley

Sacrament de Caridade

Uma lista com o perfil político dos 371 prefeitos do Paraná está orientando a ação do PDT dentro do governo do Estado. Através de um código de estrelas, os secretários Fernando Carli (Casa Civil) e Cassio Taniguchi (Planejamento) reconhecem os prefeitos que apoiaram o governador Jaime Lerner desde a campanha do ano passado, aqueles que se aproximaram do governo após a eleição e os que se mantêm na oposição.

A lista contém o nome do município, nome do prefeito, seu partido político e qual o candidato que apoiou em 1994. Dos 371 prefeitos paranaenses, 299 (83%) apoiaram Alvaro Dias, 64 (14%) estiveram com Lerner e oito (3%) mantiveram-se neutros.

Entre os mais
estrelados estão
Rafael Greca, de
Curitiba, e
Valter Pegorer,
de Apucarana

A quinta coluna da lista é a mais importante e contém o código de estrelas. Os 64 prefeitos que apoiaram Lerner desde a campanha receberam três estrelas de cor verde-claro. A maioria dos prefeitos (210) recebeu duas estrelas de cor azul, indicando uma aproximação política a partir de janeiro deste ano. Outros 80 prefeitos ganharam uma estrela verde-escura, indicando que ainda não houve aproximação política com o governo e o PDT. A minoria (17) recebeu uma estrela vermelha, que representa oposição.

Entre os prefeitos de estrela vermelha estão Emmanuel Gonçalves Vieira (PP-Jacarenho) e Armando Pavão (PP-Jatiba). Os prefeitos de Londrina, Luiz Eduardo Chedda (PT), Arapongas, Waldir Pugliesi (PMDB), e Assis Chateaubriand, Luiz do Amaral (PMDB), receberam uma estrela verde-escura. Entre os mais

estrelados estão Rafael Greca (PDT-Curitiba) e Valter Pegorer (PSDB-Apucarana).

No início deste mês, o governo assinou convênios com 21 prefeitos para o repasse de R\$ 52,8 milhões do Ministério do Planejamento para obras de saneamento básico. Dos 21, sete eram três estrelas, dez tinham duas estrelas e quatro, uma estrela. Nenhum dos 17 de oposição recebeu recursos.

Na última sexta-feira, o governo assinou repasse de R\$ 96 milhões da Fundepar para 23 municípios. Seis eram três estrelas, dez tinham duas estrelas e sete, uma estrela. Novamente os estrelas-vermelhas ficaram de fora.

Intsize

O chefe da Casa Civil, Fernando Carli, nega a existência da lista "Não temos classificação por estrelas porque isso seria discriminação. A ordem do governador Jaime Lerner é a de atender a todos os prefeitos."

tos conforme os projetos apresentados e as necessidades de cada município, sem distinção de cores partidárias", afirmou.

Carli disse que nunca viu essa lista, que entre a oposição já ganhou o nome de *Lista de Schindler*, pois garante a "salvação" financeira dos prefeitos aliados ou politicamente próximos ao governo. "Essa história de lista é uma tentativa de conturbar o processo", afirmou Carli.

Segundo o chefe da Casa Civil, o fato de a maioria dos municípios que receberam recursos do governo estar na classificação de três ou duas estrelas é "mera coincidência". Carli admitiu que o governo ajuda o PDT na articulação política para o crescimento do partido. "Mas essa não é nossa prioridade, pois quem comanda esse processo partidário é o presidente do PDT, José Francisco Pereira", garante.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
303 e 304/95;

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
269 e 270/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CAMARA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1995.

"Lista orienta ação política do Governo"

Folha de Londrina

Prefeitos com três estrelas verdes são priorizados na concessão de verbas; os com estrelas vermelhas ficam de fora.

[illegible]

'Liste der Schüler'

Documento dá destaque ao apoio a Lerner na eleição de 1994

'Acho que tenho 2 estrelas'

Secours de Carthage

A maioria dos prefeitos paranaenses não sabe da existência da "Lista de Schindler" e desconhece quantas estrelas possui na avaliação do governo do Estado. "Acho que tenho duas estrelas", arriscou o prefeito de Paranaval, Joaô Felipe (PMDB), que recebeu apenas uma estrela verde-escura.

Em sete meses e meio de governo, Paranavai assinou apenas dois convênios com o governo. Da Suceam, o município recebeu R\$ 89 mil para a compra de tubulação

para captação de águas pluviais. Da Codapar, Paranavai conseguiu 800 horas/máquina para a construção de abatedouros de frango.

Felipe prefere acreditar que seu município ainda não recebeu mais recursos pela crise financeira do governo do Estado. Ele lembra que já foi recebido pelo governador Jaime Lerner no Palácio Iguaçu e recebeu cinco secretários de Estado em Paranavai. "O governador tem dito que vai nos atender e eu continuo acreditando nisso", afirmou.

Atas das Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PROSTITUIÇÃO INFANTIL
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de julho do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de prostituição infantil em nosso Estado, sob a presidência do Deputado Irineu Mário Colombo. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida ao depoimento do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) IRINEU MÁRIO COLOMBO

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior
SecretárioCOMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PROSTITUIÇÃO INFANTIL
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de prostituição infantil em nosso Estado, sob a presidência do Deputado Irineu Colombo. Havendo

número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida ao depoimento do Senhor Sandro Luiz Santana Pietschmann, que acompanhado da menor M.L.R.S., fez graves denúncias sobre o aliciamento de menores para trabalhar na prostituição em nosso Estado. Dada a gravidade das denúncias, o Senhor Presidente entrou em contato com o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, que colocou a disposição da Comissão uma equipe chefiada pelos delegados Aprígio Paulo de Andrade Cardoso e Nilton Tadeu Rocha. Em seguida, em forma de sub-comissão, os Senhores Deputados Irineu Colombo e Durval Amaral, Presidente e Relator da Comissão, respectivamente, em companhia dos assessores Gilberto Daros e Adriano Bardeau Martins, dos Senhores Delegados e de uma equipe policial, foram até os locais denunciados pelos depoentes, onde foram apreendidos um livro no Bar do Jô, que comprova a veracidade das denúncias e na casa da Senhora Maria Claudere Maurer, uma folha em branco de registro civil (certidão de nascimento). Esses documentos foram confiscados e se encontram em poder desta Comissão. Os depoimentos se encontram transcritos em notas taquigráficas em anexo. Para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão lavrei a presente ata para ser constatado o trabalho interno e externo da comissão do dia de hoje.

(a) IRINEU COLOMBO

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário